Comentário sobre o livro Suicídio Revolucionário, de Claudinei Rezende

Há uma indagação persistente que atravessa a reflexão sobre as lutas das organizações de esquerda, sobretudo a partir dos anos 1960, e que retorna como uma ferida aberta na historiografia política brasileira: em que medida essas experiências configuraram derrotas anunciadas, vitórias parciais ou processos bloqueados por condições históricas adversas? Pensar essa questão exige um movimento simultâneo e nada trivial: examinar as práticas concretas dos partidos, organizações e ações guerrilheiras; interrogar as orientações teóricas que lhes deram sustentação; e situar tudo isso no interior da conjuntura específica em que tais experiências se desenrolaram. Não se trata meramente de um balanço, mas de uma análise estrutural do modo como estratégia, teoria e correlação de forças se articularam, ou falharam em se articular.

É nesse terreno que Claudinei Cássio de Rezende, em *Suicídio Revolucionário*, formula uma hipótese dura e incômoda: a ameaça real ao Estado brasileiro teria sido dissolvida ainda no início dos anos 1960, com o esfacelamento dos movimentos populares de base e o desmantelamento do PCB, processo que resultou numa constelação fragmentada de organizações. Para Claudinei, a luta armada que emergiu posteriormente operou menos como prenúncio de uma revolução socialista do que como uma forma específica de resistência democrática, ainda que radicalizada. Sua inserção popular foi reduzida, em especial porque a esquerda teria recorrido às armas de modo tardio e desorganizado. Ainda assim, a opção pela ação armada surge, em grande medida, como um caminho imposto pela própria dinâmica repressiva do regime.

Esse deslocamento tardio é sublinhado também por Jacob Gorender, que localiza a consolidação da luta armada apenas em 1968, quatro anos após o golpe. Em *Combate nas Trevas*, Gorender observa que, em condições crescentemente desfavoráveis e progressivamente afastada da classe operária, do campesinato e das camadas médias urbanas, a esquerda radical passou a sustentar uma concepção de violência incondicionada como forma de legitimar a luta armada imediata. A intenção revolucionária existia, sem dúvida, mas se via atravessada por um distanciamento estrutural em relação às bases sociais que poderiam sustentar um processo de ruptura mais profundo. Claudinei retoma esse diagnóstico e o aprofunda. Para ele, a difusão e a fragilidade da concepção revolucionária não decorrem apenas da eficácia brutal da repressão — embora esta tenha sido decisiva ao desarticular organizações, eliminar

quadros e produzir um clima de terror político permanente. Há também, segundo o autor, um problema estratégico e teórico de fundo. A leitura que faz da elaboração de Carlos Marighella é exemplar nesse sentido. Marighella atribuía ao terrorismo revolucionário um papel catalisador imediato: sua irrupção seria capaz de conduzir as massas ao poder num processo revolucionário acelerado. No entanto, como observa Claudinei, essa aposta carecia de uma elaboração mais precisa acerca das etapas, dos tempos e das mediações do processo revolucionário. Não estavam claramente formuladas nem as fases da luta em curso nem aquelas que deveriam se seguir, tampouco os mecanismos capazes de sustentar uma dupla ruptura: primeiro, com a ordem política da ditadura; depois, com o próprio metabolismo social vigente. Em lugar disso, predominava a afirmação, jamais confirmada, de que a guerrilha seria capaz de impor à ditadura um cerco intransponível.

Essa indefinição reaparece de forma ainda mais clara na análise da ALN. Claudinei situa sua concepção de revolução no horizonte de uma revolução antifeudal, embora reconheça que, nos jornais e textos de divulgação da organização, raramente se tenha produzido um debate mais profundo sobre a estratégia revolucionária propriamente dita. O problema seria a fragilidade da mediação entre teoria, estratégia e prática. O mérito da análise de Claudinei reside justamente em escapar da crítica simplista ou acusatória. Ele reconhece os méritos, a ousadia e o sacrifício das organizações armadas, ao mesmo tempo em que evidencia suas fragilidades estruturais. A partir daí, afirma que a tragédia da esquerda brasileira estava inscrita desde sua gênese, marcada por um imbróglio persistente entre etapismo e foquismo. Parte significativa da esquerda oscilou entre referências à Revolução Cubana e ao maoísmo, sem jamais realizar uma ruptura efetiva com a lógica etapista herdada de sua tradição anterior.

Nessa chave, o rompimento de Marighella com a linha do PCB aparece como limitado. Para Claudinei, tratou-se de uma ruptura formal e tática, que preservou intacta a estratégia de fundo. A própria trajetória teórica de Marighella, construída no calor do processo histórico, evidencia essas tensões. Em um primeiro momento, ele ainda admitiu a possibilidade de uma aliança com a burguesia nacional; posteriormente, diante do agravamento da conjuntura e da promulgação do AI-5, essa hipótese foi abandonada, assim como a perspectiva de uma frente única. Três fatores foram decisivos nesse rompimento com a política institucional: a reação pacífica do PCB ao golpe, a chamada

retirada estratégica do partido e a montagem do comitê anti-Marighella sob a liderança de Luís Carlos Prestes.

A partir desse ponto, a luta armada deixa de ser concebida como forma complementar de enfrentamento e passa a ser entendida como a única possibilidade de resistência à ditadura. No entanto, a gênese do fracasso apontada por Claudinei não se reduz a uma escolha isolada ou a um erro pontual. Ela envolve, de um lado, a subestimação da capacidade repressiva do Estado; de outro, uma incapacidade mais profunda de definir com precisão a estratégia e os métodos de uma guerra revolucionária adequada às condições brasileiras. O impasse não dizia respeito apenas à tática guerrilheira, mas à própria definição da natureza da revolução brasileira. É nesse horizonte que Claudinei analisa o aniquilamento da Guerrilha do Araguaia. Quando ela se consolida, a ditadura já havia desarticulado de forma quase completa a esquerda urbana, isolando politicamente a experiência ao sul do Pará. O desfecho, segundo o autor, estava praticamente inscrito em suas condições iniciais: uma localização geográfica restrita, combinada à ausência quase total de apoio de massas, conduziu a guerrilha a um destino ainda mais trágico do que aquele vivido pela guerrilha urbana do final dos anos 1960. Um suicídio histórico, não no sentido moral do termo, mas como expressão extrema de uma estratégia que já não encontrava base social nem mediações capazes de sustentá-la.

Arthur Moura